

Transcendendo a crise

A CRISE política no Brasil refletiu-se nas cotações dos títulos da dívida externa do país negociados no chamado mercado secundário, que se caracteriza por operações fundamentalmente especulativas. A reação dos bancos credores, porém, tem sido de serenidade: eles parecem conscientes de que os compromissos a serem assumidos no acordo da dívida externa transcendem os resultados da CPI que investigou o empresário PC Farias e seu envolvimento com o Palácio do Planalto.

O PROBLEMA da dívida externa vem se arrastando há dez anos. Começou com a inadimplência da Polônia e ganhou enormes proporções a partir do "setembro negro", em 1982, quando o México declarou-se em moratória. O Brasil foi arrastado nesse turbilhão e em novembro daquele ano teve de pedir auxílio ao Fundo Monetário Internacional. Às vésperas do Natal, autoridades econômicas brasileiras reuniram dezenas de representantes de bancos, no Hotel Plaza de Nova York, para apresentar a primeira proposta de rescalonamento da dívida.

DESDE então, outras tentativas de reescalamento foram feitas e, apesar de o Brasil ter passado

a acumular expressivos superávits em sua balança comercial (exportações menos importações), não conseguiram evitar que o país recorresse repetidamente a moratórias. As relações com a comunidade financeira internacional foram se deteriorando a cada uma dessas moratórias, atingindo o fluxo de investimentos estrangeiros diretos e o intercâmbio comercial entre o Brasil e o exterior.

A DÍVIDA externa tornou-se tema permanente de exploração política, o que só contribuiu para alongar a crise e dificultar a solução. Mas também, nesse período, fez-se uma profunda reflexão sobre o processo de endividamento e sua utilização como alavanca de desenvolvimento. Ficou claro que a contratação de dívidas a taxas flutuantes para projetos de longa maturação (como hidrelétricas, estradas etc.) é uma estratégia altamente arriscada. Além disso, tornou-se evidente que a execução de projetos só com financiamentos, sem uma parcela de recursos próprios, é contraproducente.

A PARTIR do momento que o país se engajou em um processo de modernização e de abertura de sua economia, fi-

cou evidente que o impasse com os credores tinha de ser superado. O Governo adotou uma postura pragmática e, após vários meses de sucessivas e desgastantes reuniões com o comitê de bancos, chegou-se ao acordo que está para ser definitivamente assinado.

A QUESTÃO da dívida, portanto, tem um horizonte muito largo e seria extremamente danoso para o país que, após tanto esforço para se obter um entendimento, houvesse um retrocesso como desdobramento da atual crise institucional. Nesse sentido, deveria prevalecer o que o ministro Marcílio Marques Moreira qualifica de garantia de governabilidade, separando o interesse nacional da disputa política.

ATÉ agora, os parlamentares — especialmente os senadores, aos quais cabe ratificar ou não os termos do acordo de renegociação da dívida — não deram demonstrações de que agirão de maneira distinta da expectativa do ministro. Mas foi bom que o assunto tenha vindo logo à baila, para que a dívida não venha a se tornar em mais um elemento de fermentação da crise, cuja motivação certamente não está na economia.